

IX ENCONTRO DO INSTITUTO ADOLFO LUTZ I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE VIGILÂNCIA E RESPOSTA RÁPIDA

M-026-22 **Vigilância Epidemiológica da Paracoccidiodomicose no Estado de São Paulo, 2008 a 2011**

Autores: Pinto VS (Divisão de Tuberculose e Outras Pneumopatias/Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”, Coordenadoria de Controle de Doenças, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.) ; Galesi VMN (Divisão de Tuberculose e Outras Pneumopatias/Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”, Coordenadoria de Controle de Doenças, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.) ; Fukasava S (Divisão de Tuberculose e Outras Pneumopatias/Centro de Vigilância Epidemiológica “Prof. Alexandre Vranjac”, Coordenadoria de Controle de Doenças, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.) ; Vicentini AP (Instituto Adolfo Lutz, Centro de Imunologia, Secretaria de Estado de Saúde de São Paulo.)

Resumo

A paracoccidiodomicose (PCM) é a principal micose sistêmica de caráter endêmico da América Latina, que acomete trabalhadores rurais, principalmente do sexo masculino. Visto não ser doença de notificação compulsória, não se dispõe de dados precisos sobre sua incidência e prevalência no país. Este artigo tem como objetivo descrever a situação da paracoccidiodomicose no Estado de São Paulo, no período de 2008 a 2011, analisando os 166 casos informados por quatro dos doze ambulatórios de referência. Na tentativa de aprimorar as ações de controle e educação relacionadas a esta micose, visa informar e principalmente sensibilizar os profissionais, bem como orientar no cumprimento das normas que constam nas diretrizes do manual de recomendações deste agravo. A partir da análise de algumas das informações obtidas pode-se concluir que a micose é endêmica no Estado de São Paulo, com uma média de 29,3 novos casos por ano. Além disso, o diagnóstico da doença seja por métodos micológicos ou imunológicos em crianças reforça a circulação do patógeno, ou seja, *Paracoccidiodioides brasiliensis* no Estado de São Paulo. Há, portanto, necessidade do aprimoramento do sistema de monitoramento, reforçando as Unidades de Referência, e o seguimento dos protocolos, promovendo capacitação periódica aos profissionais da saúde, além de sensibilizar os gestores.